

## PARECER N.º 447/CITE/2018

**Assunto:** Parecer prévio ao despedimento de uma trabalhadora em gozo de Licença Parental Inicial, incluída em processo de despedimento coletivo, nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 63.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02.

Processo n.º 1755/DP-C/2018

### I – OBJETO

- 1.1. Em 11.07.2018, a CITE recebeu da ..., cópia de um processo de despedimento coletivo, que inclui a trabalhadora, ..., ..., em licença parental inicial, para efeitos da emissão de parecer prévio, nos termos do disposto no n.º 1 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 63º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12.02.
  
- 1.2. Na carta dirigida à trabalhadora, objeto do presente parecer, e por esta recebida, a empresa refere, nomeadamente, o seguinte:  
*“Por decisão da administração do ..., comunicada aos seus acionistas no passado mês de maio de 2018, e já comunicada aos sócios do ... com efeitos a dia 15 de agosto de 2018, sendo que o último dia será a 14 de agosto de 2018. Tal decisão do ... determinou a cessação dos serviços prestados pelo ... ao ... e relativos ao ..., com efeitos a 14.08.2018. O ... não explora qualquer outro ... em ..., nem exerce qualquer outra atividade nesta cidade (e arredores) sendo que o seu quadro de pessoal afeto aos ... de ... não comporta aumento do número de trabalhadores por inexistência de tarefas a atribuir.”*

1.4. Foi também enviada a ata da reunião e informação que sucintamente se transcreve: *"Iniciada a reunião foi tornada a palavra pela mandatária do ..., ..., que explicou aos presentes que o motivo do presente despedimento se prende com o encerramento definitivo do ... previsto para o próximo dia 15 de agosto de 2018. Em virtude de tal encerramento e dado que o ... não exerce qualquer outra atividade em ..., impõe-se a cessação dos contratos de trabalho por inexistência de funções a atribuir aos trabalhadores. Por este motivo, não tem o ... condições de propor quaisquer medidas alternativas ao despedimento coletivo. Mais referiu / explicou como iriam ser calculadas as indemnizações legalmente devidas e como decorrerá o presente processo até ao seu termo, i.e., até à data efetiva de cessação dos contratos de trabalho. Dada a palavra aos demais presentes, foi a mesma pedida por ..., que no uso da mesma referiu que, relativamente à sua situação particular e pelo que depreendeu da comunicação inicial, não estará a ser considerada sua antiguidade total e a sua remuneração total e, por isso, os valores a pagar não estarão corretamente calculados. Pela mandatária do ... foi referido que essa situação iria ser analisada dado que, tanto quanto julga saber, o trabalhador tem uma relação contratual distinta com o ... .... Seguidamente, foi pedida a palavra por ... que solicitou esclarecimentos acerca do procedimento de gozo do crédito de horas durante o aviso prévio, os quais lhe foram prestados. Pela trabalhadora ... foram pedidos esclarecimentos acerca do gozo de férias vencidas, os quais foram prestados(...).*

## II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada e aberta à assinatura, ratificação a adesão pela resolução n.º 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1979, e com entrada em vigor na ordem internacional a 3 de setembro de 1981, em conformidade com o artigo 27.º, n.º 1, assinada por Portugal a 24 de abril de 1980 e aprovada para ratificação pela Lei n.º 23/80, de 26 de julho, publicada no Diário da República I Série A, n.º 171/80 e em vigor na ordem jurídica portuguesa desde 3 de setembro de 1981, determina no seu artigo 11.º que:

*"Os Estados Partes comprometem-se a tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres no domínio do emprego com o fim de assegurar, com base na igualdade dos homens e das mulheres, os mesmos direitos, em particular: (...)*

*Instituir a concessão do direito a um período de dispensa do trabalho por ocasião da maternidade pago ou conferindo direito a prestações sociais comparáveis, com a garantia da manutenção do emprego anterior, dos direitos de antiguidade e das vantagens sociais (...)."*

- 2.2. O artigo 10.º, n.º 1 da Diretiva 92/85/CEE do Conselho, de 19 de Outubro de 1992, obriga os Estados-membros a tomar as medidas necessárias para proibir que as trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes sejam despedidas durante o período compreendido entre o início da gravidez e o termo da licença por maternidade, salvo nos casos excecionais não relacionados com o estado de gravidez.

- 2.2.1. Um dos considerandos da referida Diretiva refere que "... o risco de serem despedidas por motivos relacionados com o seu estado pode ter efeitos prejudiciais no estado físico e psíquico das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes e que, por conseguinte, é necessário prever uma proibição de despedimento;".
- 2.2.2. Por outro lado, é jurisprudência uniforme e continuada do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (ver, entre outros, os Acórdãos proferidos nos processos C-179/88, C-421/92, C-32/93, C-207/98 e C-109/00) que o despedimento de uma trabalhadora devido à sua gravidez constitui uma discriminação direta em razão do sexo, proibida nos termos do artigo 14º n.º 1, alínea c) da Diretiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006, relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional.
- 2.3. Em conformidade com a norma comunitária, a legislação nacional consagra no artigo 63º, n.º 1 do Código do Trabalho, que "o despedimento de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante ou de trabalhador no gozo de licença parental carece de parecer prévio da entidade competente na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres que é esta Comissão, conforme alínea b) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 76/2012, de 26 de março.
- 2.4. Nos termos do artigo 359.º do Código do Trabalho:  
"1 – Considera-se despedimento coletivo a cessação de contratos de trabalho promovida pelo empregador e operada simultânea ou

sucessivamente no período de três meses, abrangendo, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respetivamente, de microempresa ou de pequena empresa, por um lado, ou de média ou grande empresa, por outro, sempre que aquela ocorrência se fundamente em encerramento de uma ou várias secções ou estrutura equivalente ou redução do número de trabalhadores determinada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior consideram-se, nomeadamente:

a) Motivos de mercado – redução da atividade da empresa provocada pela diminuição previsível da procura de bens ou serviços ou impossibilidade superveniente, prática ou legal, de colocar esses bens ou serviços no mercado;

b) Motivos estruturais – desequilíbrio económico-financeiro, mudança de atividade, reestruturação da organização produtiva ou substituição de produtos dominantes;

c) Motivos tecnológicos – alterações nas técnicas ou processos de fabrico, automatização de instrumentos de produção, de controlo ou de movimentação de cargas, bem como informatização de serviços ou automatização de meios de comunicação”.

2.5. Em conformidade com o artigo 360.º do referido Código:

“1 – O empregador que pretenda proceder a um despedimento coletivo comunica essa intenção, por escrito, à comissão de trabalhadores ou, na sua falta, à comissão intersindical ou às comissões sindicais da empresa representativas dos trabalhadores a abranger.

2 – Da comunicação a que se refere o número anterior devem constar:

a) Os motivos invocados para o despedimento coletivo;

- b) O quadro de pessoal, discriminado por sectores organizacionais da empresa;
- c) Os critérios para seleção dos trabalhadores a despedir;
- d) O número de trabalhadores a despedir e as categorias profissionais abrangidas;
- e) O período de tempo no decurso do qual se pretende efetuar o despedimento;
- f) O método de cálculo de compensação a conceder genericamente aos trabalhadores a despedir, se for caso disso, sem prejuízo da compensação estabelecida no artigo 366.º ou em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

3 – Na falta das entidades referidas no n.º 1, o empregador comunica a intenção de proceder ao despedimento, por escrito, a cada um dos trabalhadores que possam ser abrangidos, os quais podem designar, de entre eles, no prazo de cinco dias úteis a contar da receção da comunicação, uma comissão representativa com o máximo de três ou cinco membros consoante o despedimento abranja até cinco ou mais trabalhadores.

4 – No caso previsto no número anterior, o empregador envia à comissão neste referida os elementos de informação discriminados no n.º 2.

5 – O empregador, na data em que procede à comunicação prevista no n.º 1 ou no número anterior, envia cópia da mesma ao serviço do ministério responsável pela área laboral com competência para o acompanhamento e fomento da contratação coletiva”.

**2.6.** No despedimento coletivo “*sub judice*”, a entidade empregadora apresentou os fundamentos do mesmo, consubstanciados em motivos

de mercado, nomeadamente, a necessidade de adequação do quadro de pessoal do ... à sua atual e efetiva necessidade, já que, não tem mais ... na zona de ..., só tem em ... e este não comporta aumento do número de trabalhadores.

- 2.7. No que respeita aos critérios de seleção dos trabalhadores a despedir, tratando-se de um despedimento coletivo, foram todos e todas os trabalhadores/as despedidos/as; *"O ... vê-se forçado a proceder à reestruturação do seu quadro de pessoal, não tendo outra alternativa a não ser iniciar um processo de despedimento coletivo(...)"*.
- 2.8. A entidade empregadora juntou a ata de reunião e informações, o ofício comunicando o despedimento coletivo à DGERT, bem como todas as cartas enviadas aos trabalhadores e trabalhadoras, comunicando as razões do despedimento.
- 2.9. Na verdade, não tendo sido constituída a comissão representativa dos trabalhadores/as a despedir, a entidade empregadora enviou a estes/as, cartas com a documentação relativa à descrição dos fundamentos do despedimento coletivo, o quadro de pessoal, com indicação do número de trabalhadores/as a despedir e das categorias profissionais abrangidas, bem como a indicação do período de tempo no decurso do qual se pretende efetuar o despedimento, agendado para dia 15 de agosto de 2018, bem como ata da reunião com os/as trabalhadores/as.

**2.10.** Da análise do processo não se vislumbra qualquer indício de discriminação por motivo de maternidade na inclusão da referida trabalhadora, no gozo licença Parental Inicial, no presente processo de despedimento coletivo.

### **III – CONCLUSÃO**

Face ao exposto, a CITE não se opõe à inclusão no despedimento coletivo promovido pela ..., da trabalhadora ..., em gozo da licença Parental Inicial, em virtude de se afigurar que tal despedimento não constitui uma discriminação por motivo de maternidade.

**APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 8 DE AGOSTO, DE 2018, CONFORME CONSTA DA RESPETIVA ATA, NA QUAL SE VERIFICA A EXISTÊNCIA DE QUORUM CONFORME LISTA DE PRESENCAS ANEXA À REFERIDA ATA.**